



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Instalação	REUNIÃO Nº: 1095/16	DATA: 13/09/2016	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 12h38min	TÉRMINO: 13h12min	PÁGINAS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Instalação da Comissão.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Sras. e Srs. Deputados, havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para instalação e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades nas concessões de benefícios fiscais concedidos por aplicação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC, e deu outras providências, a chamada CPI da Lei Rouanet.

Esclareço que coube a mim assumir a Presidência dos trabalhos, nos termos do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, que estabelece que o Deputado integrante da Comissão que tenha o maior número de mandatos será o Presidente da sessão de instalação e de escolha da Mesa Diretora da Comissão.

Para conhecimento de V.Exas., passo a ler o ato da Presidência que constituiu esta Comissão Parlamentar de Inquérito:

Ato da Presidência

Satisfeitos os requisitos do art. 35, caput e § 4º, do Regimento Interno, para o Requerimento de Instituição de CPI nº 23, de 2016, do Sr. Alberto Fraga e outros, esta Presidência constitui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a, no prazo de 120 dias, apurar as irregularidades nas concessões de benefícios fiscais concedidos por aplicação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC e deu outras providências, e

RESOLVE

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 13 de setembro, terça-feira, às 12 horas, no Plenário 10 do Anexo II.

Brasília, 6 de setembro de 2016.



Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados.

Passo a ler a relação dos membros integrantes da CPI da Lei Rouanet, obviamente sujeita a alterações no ato da sua constituição:

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as irregularidades nas concessões de benefícios fiscais concedidos por aplicação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC e deu outras providências.

***PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/
PSDC/PEN/PRTB***

Titulares: *Alberto Fraga (DEM), Benjamin Maranhão (SD), Daniel Vilela (PMDB), Eduardo Bolsonaro (PSC), Jones Martins (PMDB), Luiz Carlos Busato (PTB), Newton Cardoso Jr (PMDB), Pastor Eurico (PHS), Renata Abreu (PTN), Sóstenes Cavalcante (DEM), Vinicius Carvalho (PRB), 2 vagas.*

Suplentes: *Alan Rick (PRB), Alexandre Leite (DEM), Celso Jacob (PMDB), Pr. Marco Feliciano (PSC), Valtenir Pereira (PMDB), 8 vagas.*

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Titulares: *Capitão Augusto (PR), Delegado Edson Moreira (PR), Expedito Netto (PSD), George Hilton (PROS), João Rodrigues (PSD), 4 vagas.*

Suplentes: *9 vagas.*

PSDB/PSB/PPS/PV

Titulares: *Arnaldo Jordy (PPS), Domingos Sávio (PSDB), Paulo Foletto (PSB), Rocha (PSDB), Rodrigo Martins (PSB), Shéridan (PSDB).*



Suplentes: 6 vagas.

PDT

Titular: Ronaldo Lessa.

Suplente: Pompeo de Mattos.

PSL

Titular: 1 vaga.

Suplente: 1 vaga.

Diante dessas condições, declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar desvios de verbas e recursos da Lei Rouanet.

Tendo em vista que já começou a Ordem do Dia...

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Pela ordem, Sr. Presidente.

V.Exa. vai encerrar ou vai suspender esta reunião? Após a Ordem do Dia, podemos retomar esta reunião aqui.

Essa é a pergunta que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Eu quero crer que nós vamos ter uma Ordem do Dia extensa, pelo que consta na pauta de hoje.

Então, acho que não é conveniente suspender, mas, sim, encerrar a reunião, em função da Ordem do Dia. Retornaremos amanhã, para a eleição do Presidente e do Relator da CPI.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu cumprimento V.Exa. pela liderança na instalação desta Comissão.

Considero que, havendo Ordem do Dia, a Comissão deveria encerrar os seus trabalhos, para que possamos retomá-los em outra reunião plena.

Além disso, Sr. Presidente, quero fazer um apelo: que possamos, entre hoje e a próxima reunião, aprofundar um diálogo sobre a construção da agenda e do comando da Comissão. É sabido por todos que há uma indicação para que o Deputado Alberto Fraga presida esta Comissão. A tradição é que a chapa oficial seja



ratificada. Acredito que o Plenário da Comissão deva ratificar o acordo político. Mas, na construção desta Comissão, foi feito o acordo de que o Deputado Vicente Candido seria o Relator da matéria. Nós já conversamos com o Deputado Alberto Fraga, que demonstrou preocupação com relação a isso e com relação à melhor solução para garantir os trabalhos da Comissão. Quero deixar consignado, Sr. Presidente, que, na política, o acordo feito tem que ser o acordo cumprido.

Por isso, quero fazer um apelo ao Deputado Alberto Fraga: que S.Exa. reflita e faça consultas, a fim de que tenhamos uma Comissão que possa exercer todas as suas prerrogativas. Comissão Parlamentar de Inquérito, desde Bismarck, na Alemanha, é instrumento de minorias. Neste momento, nós somos a Minoria neste Parlamento e queremos exercer o nosso direito de fiscalizar as atividades do Governo interino, exercendo, assim, todas as nossas prerrogativas.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e, ao tempo em que o cumprimento, fazer o apelo ao Deputado Alberto Fraga de que reflita sobre qual é a melhor forma de condução dos trabalhos desta Comissão. Nós temos que viver um novo tempo neste Parlamento. Por isso, faço-lhe esse apelo, para que possamos ser objetivos no trabalho que esta Comissão vai realizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os Deputados que passarão a comandar os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Orlando Silva, pelas suas considerações e pelas suas palavras.

Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Alberto Fraga. Em seguida, falará o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de agradecer a todos a presença. Infelizmente, não poderemos fazer a eleição hoje, mas eu queria pedir a V.Exa. que marcasse uma reunião para amanhã, às 9h30min, para fazermos a eleição e tentarmos construir um acordo.

Eu não tenho absolutamente nada contra o Deputado Vicente Candido; pelo contrário, já me disseram que é uma pessoa muito correta e muito séria. No entanto, como eu, sendo o Presidente e sendo do Democratas — peço vênias a V.Exas. —, vou ter como Relator de uma matéria controversa alguém do Partido dos



Trabalhadores, numa CPI que irá investigar muita coisa do Governo passado? Deste Governo também, se houver, já que não é mais interino.

Desculpem-me, meus amigos, mas V.Exas. querem que eu aceite um acordo do qual não participei. Eu sou um homem que cumpre acordos, mas não participei desse acordo. Inclusive, ontem, quando eu estava formando o grupo da CPI, em momento algum vi o nome dos Deputados do PT nessa relação.

Eu fiz acordo e chamei um Deputado para fazer parte da relatoria, mas hoje fico sabendo que o PT está aqui na Comissão e tem um acordo com Vicente Candido!

Desculpe-me, Deputado Vicente Candido. Eu tenho o maior respeito por V.Exa. Nós não nos conhecemos de forma mais próxima, mas sei que V.Exa. é uma pessoa de muita sensibilidade.

Sinceramente, vamos fazer uma revisão das nossas vidas parlamentares no passado! Será que, antigamente, na época do Governo Dilma, V.Exas. iriam me aceitar como Relator de uma CPI? Não iriam! É lógico que não! Não faz sentido isso!

Portanto, eu não quero que V.Exas. transformem isso aqui numa briga. Concordo com o Deputado Orlando Silva: temos que formar aqui um grupo harmônico de trabalho. Agora, pelo amor de Deus! Se o Presidente não puder escolher o seu Relator, é melhor que V.Exas. não me elejam Presidente. Eu não vou aceitar ser vaca de presépio de ninguém.!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Obrigado, Deputado Alberto Fraga.

Nós temos três inscrições ainda: a do Deputado Sóstenes Cavalcante, pela ordem; do Deputado Rocha e do Deputado Vicente Candido, que também pediu a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobres colegas, como um dos autores da proposição para esta CPI, sinto-me no dever de me manifestar neste momento prévio à instalação desta CPI e externar minha preocupação com o apelo do Deputado Orlando Silva.



Reitero a fala do Deputado Alberto Fraga: temos o maior respeito pela figura e pela imagem do homem público que é o nosso colega Deputado Vicente Candido.

CPIs são tradicionalmente conhecidas no Brasil, lamentavelmente, por terem tendência a terminar em pizza, e não podemos começar dessa forma a CPI da Lei Rouanet, uma lei importantíssima, que envolve o maior fluxo de recursos financeiros para cultura do País.

Quero, ao abrir a minha fala, dizer que nós não somos contra a lei. Nós precisamos, ao final desta CPI, depois de apurarmos os fatos, se houver ilicitudes, se houver prática de crimes — e há indícios muito claros —, punir todos os culpados por essas ilicitudes e pela prática de crimes. E precisamos propor, inclusive agora, junto ao Governo atual, uma revisão dessa lei, que é importantíssima para a cultura do povo brasileiro, em especial para os pequenos e médios produtores de cultura, que têm muita dificuldade para ter acesso à Lei Rouanet. Nós precisamos fazer isso.

Com todo o respeito, acho que o Partido dos Trabalhadores deveria, pelo momento que vive e já que agora é minoria... É claro que nós não vamos investigar o Governo atual, a menos que apareça algo, porque ele só tem uma semana. Nós vamos investigar coisas do Governo que acabou. Foram 13 anos de Governo do PT. Dos 25 anos da Lei Rouanet, por 13 anos ela esteve na mão do PT. E os escândalos — a Polícia Federal já está batendo às portas e levando gente presa — não são de outros governos; são do Governo do PT. Como nós vamos botar um Relator do próprio PT para investigar petistas?

Eu, honestamente, não tenho nada contra o Deputado, mas acho que o Líder do PT na Câmara e o Líder da Minoria deveriam pensar. Para o bem do País e para o bem dessa Minoria que agora se instala neste Governo, que só se efetivou há uma semana, eles deveriam se colocar na situação. Isso não é recomendável. Deveriam possibilitar que, realmente, um Deputado com isenção faça o trabalho de investigação que esta CPI precisa fazer.

Gostaria de fazer este apelo ao Deputado Vicente Cândido, à Minoria, após as palavras do Deputado Orlando Silva: espero que vocês declinem, porque, realmente, é difícil investigar um governo que foi seu. Eu não me sentiria confortável em requerer uma vaga dessa.

Quero aqui deixar o meu registro.



Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Obrigado, Deputado Sóstenes Cavalcante.

Ainda pela ordem, tem a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, quero só ratificar o que disseram os Deputados Alberto Fraga e Sóstenes Cavalcante: nós não podemos iniciar os trabalhos desta CPI com esse peso de se colocar sob suspeição o trabalho do Relator. Nada tenho contra o Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, Deputado Vicente Candido, mas entendo que, como há divergência — eu comungo com as ideias dos Deputados Alberto Fraga e Sóstenes Cavalcante e, acredito, da maioria dos integrantes desta Comissão —, nós devemos ir para a votação e decidir aqui a relatoria. A Presidência, pelo que eu sei, já está decidida. Vamos ter que votar e eleger o Relator.

Sr. Presidente, só para finalizar, não dá para se pensar em investigar duas ou três semanas de governo. O que nós temos que investigar, como bem disse o Deputado Sóstenes Cavalcante, são os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, que geriu os recursos da Lei Rouanet.

Eu queria, mais uma vez, ratificar o que disse o Deputado Alberto Fraga e dizer que nós vamos para o voto. É assim que nós vamos decidir a Relatoria, a Presidência e os membros da Mesa desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Só para esclarecer — aliás, é desnecessário, mas não é demais repetir, para a clara compreensão: a disputa que haverá, e no voto, se necessário, será para a Presidência. Quanto ao Relator, a escolha dependerá de um acordo político ou da vontade explícita e expressa do Presidente. É ele quem indica efetivamente o Relator.

Quero deixar isso bem claro, para que não haja incompreensões.

Com a palavra o Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, Deputado Pompeo de Mattos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu jamais reivindiquei pessoalmente esse cargo. Isso foi sugestão do Presidente Waldir Maranhão, endossada pelo



Presidente Rodrigo Maia. Eu não estou aqui para fazer disputa ou para ficar chutando a canela de ninguém.

O que eu queria dialogar com o Deputado Alberto Fraga, independente da minha posição — se serei membro ou não, se serei Relator ou não — é que aqui, Deputado Alberto Fraga, é a Casa da composição, a Casa da paridade.

Se V.Exa. leu a lista e não viu ninguém indicado pelo PT, V.Exa. deveria ter ficado preocupado, porque o PT tem a segunda maior bancada na Casa. Então, algo estava incompleto. Seria de bom tom que V.Exa. tivesse procurado conversar com o PT e com os outros partidos de esquerda, para ser um Presidente da maioria e presidir com tranquilidade.

Da mesma forma que V.Exa. tem receio que seja alguém do PT, nós também temos receio que seja alguém de qualquer outro partido que venha fazer política da pior maneira em cima dessas questões.

Apurar é um dever nosso, é obrigação nossa. Ser minoria, ser do PT, ser da esquerda ou da direita não qualifica a pessoa para disputar este ou aquele cargo. Eu votei no Deputado Rodrigo Maia, do DEM. Qual é o problema? Nós arrumamos votos na bancada do PT para o Deputado Rodrigo Maia. Nem por isso, por ser do DEM, nós o boicotamos, nós trabalhamos contra o Deputado Rodrigo Maia. O DEM já teve posições importantes. Por exemplo, no tocante à reforma da Previdência Social nesta Casa, indicada pelo então Deputado João Paulo Cunha, que era Presidente da Casa, e do PT. Indica-se pela postura, pela decência, pelo compromisso.

Sendo Relator ou não, eu jamais vou passar a mão na cabeça de alguém que tenha cometido algum desvio de dinheiro público, seja do meu partido, seja de qualquer outro partido. É isso o que me guia na vida pública.

Então, eu recomendo a V.Exa. que, qualquer que seja o Relator, seja ele alguém com postura. Nós não vamos permitir que alguém venha tripudiar em cima de nós por causa dos 13 anos do Governo do PT. V.Exa. acha que o PT indicou, recomendou, endossou alguém que viesse a cometer desvios públicos em qualquer área do Governo? Não vai ser esse o nosso critério. O que nós queremos aqui é fazer um trabalho decente, propor mudanças na lei. Está aqui o texto. Está lá no Senado para votar.



O Ministro Juca Ferreira, ainda no Governo do Presidente Lula, mandou para cá uma proposta de mudança radical na Lei Rouanet, para evitar isso que está acontecendo. É isso o que nós queremos debater. A Lei Rouanet está distorcida. Ela é ruim para o Brasil, para a cultura.

Desse debate aqui poderá sair uma grande contribuição para a cultura, além da investigação, além da criminalização daqueles que porventura tenham cometido algum desvio.

Eu queria combinar com V.Exa.: estarei à disposição, independentemente de ser Relator ou não, para que façamos um debate de alto nível, à altura do que o Brasil e o Congresso precisam. Começar com receio e com preconceito não é o melhor caminho para quem quer presidir uma Comissão como esta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Vicente Candido.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, eu acho que aqui é a Casa da conversa, é a Casa do consenso. No Parlamento, cada um tem a sua posição, mas a convergência tem que ser no mesmo sentido.

O Deputado Alberto Fraga lutou muito para que esta CPI fosse instalada, e, no meu ponto de vista, acredito que S.Exa. seria o Presidente ideal, pela experiência e pelo conhecimento que adquiriu. Agora, o Relator é a mola mestra, é a coluna de toda a CPI. Todo o trabalho da CPI vai ser fincado em cima do que fizer o Relator, que vai traduzir tudo isso daí. Então, além do Presidente, a pessoa mais importante entre os membros é o Relator, que vai dar a guia da CPI.

Eu acho que tem que haver uma boa conversa, conversa e conversa, para se chegar a um consenso.

Essa é a minha proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

Agora, com a palavra o Deputado Jones Martins, do PMDB do Rio Grande do Sul, que estreia na Casa este ano.



V.Exa., que vem das plagas de Gravataí e da grande Porto Alegre, seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO JONES MARTINS - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos, pela deferência.

Sr. Deputado Pompeo de Mattos, Sr. Deputado Alberto Fraga, proponente desta CPI, eu estava ouvindo os companheiros e quero apenas externar a minha posição. Sou indicado pelo PMDB. Não conversei ainda com os colegas de bancada sobre a nossa posição em relação a esse assunto, mas parece ser de bom alvitre e muito justo e equilibrado que a relatoria parta de uma indicação do Presidente, que será o Deputado Alberto Fraga.

Eu quero, com isso, reforçar as palavras do Deputado Alberto Fraga sobre essa questão da relatoria e dizer que não sabemos onde a CPI vai terminar. Ao iniciarmos um trabalho de investigação, nós nunca sabemos as conclusões desse trabalho, mas é preciso, primeiro, preservar a lei — parece-me. De todos os depoimentos e opiniões que temos ouvido, verificamos que a lei precisa de aprimoramentos, mas, na sua raiz, na sua essência, é uma lei importante, é uma lei boa.

Segundo, evidentemente, temos de investigar a ponto de aperfeiçoar essa lei para saber se houve desvios, se houve algum desperdício no meio desse caminho, se nesses 25 anos de criação da lei, e para que isso não se repita. Portanto, que este seja um momento de balanço sobre como foi construída a efetividade da lei nesses anos todos.

Parece-me, Deputado Vicente Candido — e concordo com V.Exa. —, que não há nenhuma predisposição institucional de partido A ou de partido B em nomear alguém para que patrocine falcatruas ou desvios em qualquer espaço. Eu quero concordar que, na gerência ou na gestão da Lei Rouanet, nos últimos anos, isso não aconteceu.

Também quero assegurar que, para fazer uma investigação, na profundidade que se exige, como exige este momento e como a sociedade espera, é preciso que, primeiro, Relator e Presidente tenham afinidade; segundo, que o Relator tenha liberdade e independência suficiente para ir à raiz do problema. Nós sabemos que, às vezes, as relações políticas podem criar obstáculos, podem criar



constrangimentos e podem dificultar o trabalho do Relator. Então, na minha opinião, o Relator tem que ter independência para ir à raiz do problema, para buscar, sem preconceito, sem politicagem; tem que ter autonomia, isenção, liberdade para ir fundo no problema.

Esse é o trabalho que a sociedade espera de nós e que todos queremos, e eu tenho certeza de que a bancada do PT vai contribuir muito com isso, não exatamente na relatoria, mas no trabalho investigativo que podemos fazer. E com equilíbrio.

Nesse trabalho que se inicia, com a expectativa que está sendo criada, nós não podemos ter preconceito, nem começar a enxergar — nas palavras de que o Deputado Pompeo de Mattos gosta muito, no nosso gauchismo — guampa em cabeça de cavalo desde já. Nós temos que, com isenção, com muito equilíbrio, buscar a verdade sobre os fatos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Obrigado, Deputado Jones Martins, do PMDB do Rio Grande do Sul.

Agora, tem a palavra o Deputado Chico D'Angelo, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, eu acho que a finalidade de todos é que a CPI tenha êxito, e sabemos o histórico de CPIs aqui da Casa: começaram de forma tendenciosa e acabaram até desmoralizadas perante a sociedade. E se a finalidade é pesquisar e investigar, eu acho que o melhor a fazer é não se trabalhar sob a ótica de Oposição e Situação. Até porque a Lei Rouanet foi criada há muito tempo, passou pelo Governo Fernando Henrique, pelo Governo de Itamar. Gilberto Gil foi Ministro da Cultura — e foi um grande Ministro.

Se não trabalharmos sob a ótica da pluralidade e da isenção, a CPI está fadada a ser desmoralizada, até porque a cultura tem tido uma proatividade política muito grande no Brasil, historicamente.

Então, eu sugiro que tenhamos o bom senso de não olharmos para a CPI de forma partidarizada. Que tenhamos a visão de trabalhar para melhorar, até porque já



está no Senado o projeto que aperfeiçoa bastante a Lei Rouanet. Está para ser votado no Senado o projeto, encaminhado recentemente para aquela Casa.

Essa é minha a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Está bem. Muito obrigado, Deputado Chico D'Angelo.

Agora, tem a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Deputado Pompeo de Mattos, eu já estou me acostumando com V.Exa. na Presidência, com todo o respeito pelo amigo Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Devagar com o andor, porque o santo é de barro. Só estou aqui provisoriamente.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, quero deixar bem claro que nós não estamos aqui, em nenhum momento, contra a Lei Rouanet. Sabemos a importância que tem a Lei Rouanet para a cultura em nosso País, embora lamentemos que uma minoria, gente grande, tenha sido beneficiada em termos de cultura no nosso Brasil.

Entendo a posição do companheiro Deputado Fraga. Respeito o nosso companheiro Deputado Vicente Cândido, pessoa com quem já trabalhei em outras Comissões, sei de sua competência, mas vejo a dificuldade que causa agora o fato de ele ser membro do Partido dos Trabalhadores — depois, quem sabe, poderemos ser até alvos da acusação de nepotismo partidário dentro da Comissão. Eu acredito na capacidade dele, sei do seu senso de isonomia, mas também entendo a preocupação do Deputado Fraga: é competência dele. Entendemos a posição dele.

Respeitando os nossos companheiros, espero que possamos chegar a um denominador comum e esta CPI possa andar, ter resultados, e não cairmos no velho chavão de que tudo vai terminar em pizza. Se alguém deve neste Brasil, tem que pagar! A Lei Rouanet foi saqueada em muitos momentos, e nós vamos para cima disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Obrigado, Deputado Pastor Eurico.

Agora, tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, prezado colega Deputado Pompeo de Mattos, quero cumprimentá-lo e a todos os demais colegas, de modo especial o nosso colega Deputado Alberto Fraga. Tivemos a felicidade ter alguém com a sua experiência e competência presidindo esse trabalho, com essa missão.

Eu gostaria de, nas minhas primeiras colocações, registrar que tive a felicidade de ser indicado pelo meu Líder, mas confesso que solicitei, sim.

Obviamente, nós temos o dever, ao instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de dar resposta à sociedade, cumprindo um dos principais pressupostos da função parlamentar, que é fiscalizar todas as atividades públicas. Portanto, nós devemos fazê-lo com isenção e responsabilidade, na busca da verdade. E, obviamente, havendo o que já se coloca — isso foi o que fomentou, foi o que estimulou a propositura e a criação desta CPI —, os ilícitos e as ilegalidades, que se tomem as providências para punir os responsáveis por quaisquer desvios, por qualquer ilícito com dinheiro público.

Ao mesmo tempo, nós temos oportunidade de aprimorar uma das mais importantes leis, um dos mais importantes instrumentos de promoção da cultura. E não só da cultura: do patrimônio histórico, das mais diversas atividades para formação do povo.

Nós não podemos criminalizar a Lei Rouanet. É preciso que tenhamos muita clareza de que a CPI deve ter o objetivo de buscar investigar os desvios, os ilícitos, as irregularidades que porventura tenham sido cometidas, para cumprimos o nosso dever, mas também de que teremos a oportunidade de aprimorar a lei, para que esse instrumento possa seguir contribuindo para o financiamento da cultura e estabelecendo uma relação de parceria entre o setor público, principal financiador da Lei Rouanet.

Acabe-se com esse mito de que as empresas financiam a cultura, por intermédio da Lei Rouanet. Na verdade, é o dinheiro público, dinheiro do povo, com a parceria, é bem verdade, em boa parte dos casos, da iniciativa privada. E isso torna saudável esse mecanismo. Mas é preciso aprimorá-la, principalmente para não correremos o risco de que continue a haver desvios de finalidade.



Então, eu estarei à disposição de todos os colegas para tentar trazer a minha contribuição.

Quando Líder do Governo em Minas, nós tivemos a felicidade de fazer um grande congresso de cultura e aprimorar a Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Além de aprimorá-la, nós a descentralizamos, para que alcançasse todo o Estado, demos a ela mais transparência, criamos mais mecanismos de controle popular no processo de seleção dos projetos. E nós tivemos a felicidade de criar — foi minha a autoria — o Fundo Estadual de Cultura, para financiar diretamente aqueles casos em que não se deveria deixar para a iniciativa privada o controle da execução de projetos, através da liberação do dinheiro.

Então, nós temos hoje dois instrumentos importantes em Minas Gerais: a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e o Fundo Estadual de Cultura, como, no âmbito nacional, existem também a Lei Rouanet e o Fundo Nacional de Cultura.

Nós precisamos, primeiro, ao fazermos esta CPI, cumprir com nosso dever: dar uma resposta à sociedade. Houve ilícitos? Se houve, tem de haver punição. E, segundo, obviamente, promover mecanismos para o aperfeiçoamento da lei, para prevenir outros ilícitos, para democratizá-la mais, fazer com que seja mais justa, não se tornando um instrumento de alguns, mas de todos, como deve ser toda boa lei a serviço de um povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito bem. Não há mais nenhum Deputado inscrito.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco reunião para a eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes para amanhã, dia 14 de setembro, às 9h30min, em plenário a ser informado oportunamente. Nós não temos a confirmação. Por via de consequência, vamos participar da Ordem do Dia no plenário da Casa.

Está encerrada a presente reunião.